

Inventariando a natureza na Bahia Atlântica Colonial: um olhar sobre as remessas naturais nos Anais da Biblioteca Nacional (1786-1807)

Rodrigo Osório Pereira

Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS

E-mail: rodrigohistoria1983@gmail.com

Recebido em: 27/01/2019.

Aprovado em: 13/05/2019.

Resumo: Este artigo objetiva estudar os registros das remessas de produções naturais da Capitania da Bahia para o mundo atlântico, especialmente a cidade de Lisboa. Tais remessas eram cuidadosamente registradas no dia a dia do Governo colonial e estão presentes no inventário dos documentos relativos ao Brasil existentes no Arquivo de Marinha e Ultramar, no período compreendido entre Fevereiro de 1786 a Agosto de 1807, que atualmente compõem os volumes 34, 36 e 37 dos *Anais da Biblioteca Nacional* do Rio de Janeiro. Analisando 18.373 documentos listados em ordem numérica com detalhada titulação e grande padronização, foi possível uma observação serial dos temas, sujeitos, instituições e datas envolvidos nos documentos de remessas. Após a análise, organizamos um guia específico para as fontes que faziam referência ou a remessas ou a informações acerca de qualquer produção natural inseridas entre os três Reinos da natureza. Além disso, organizamos um guia adicional de fontes relativo às “Memórias”, relatórios quase sempre elaborados à luz da *Filosofia Natural* e destinados aos circuitos letrados ou aos produtores coloniais. O recorte temporal adotado, que coincide com os três volumes indicados (34, 36 e 37) baseia-se em estudo maior que identifica este período (1786-1808) como um intervalo estratégico para a observação de políticas naturais no universo colonial lastreado pela *Filosofia Natural*, campo científico que balizava naturalistas e agentes públicos do Real serviço a se ocuparem das remessas naturais.

Palavras-chave: Fontes. Produções Naturais. Filosofia Natural.

Inventory of Nature in Colonial Atlantic Bahia: A Look at Natural Remittances in the Annals of the National Library (1786-1807)

Abstract: This article aims to study the records of shipments of natural productions from Capitania da Bahia to the Atlantic world, especially the city of Lisbon. These consignments were carefully recorded in the day-to-day operations of the Colonial Government and are present in the inventory of documents relating to Brazil in Arquivo de Marinha e Ultramar during the period from February 1786 to August 1807, which currently make up volumes 34, 36 and 37 of the *Anais da Biblioteca Nacional* of Rio de Janeiro. Analyzing 18,373 documents listed in numerical order with detailed titration and great standardization, it was possible to serially analyze the themes, subjects, institutions and dates involved in the documents of remittances. After the analysis, we have organized a specific guide to the sources that referred to either consignments or information about any natural production inserted between the three kingdoms of nature. In addition, we have organized an additional source guide on the "Memórias", reports almost always elaborated in the light of *Filosofia Natural* and destined to the learned circuits or the colonial producers. The temporal cut adopted, which coincides with the three volumes indicated (34, 36 and 37), is based on a larger study that identifies this period (1786-1808) as a strategic interval for the observation of natural policies in the colonial universe backed by *Filosofia Natural*, scientific field that aimed naturalists and public agents of the Royal service to deal with natural shipments.

Keywords: Sources. Natural Productions. Natural philosophy.

1 Introdução

Este artigo objetiva estudar os registros das remessas de produções naturais da Capitania da Bahia para o mundo atlântico, especialmente Lisboa que abrigava o “complexo da Ajuda”¹. As produções naturais eram cuidadosamente registradas no dia a dia do governo colonial e um olhar mais atencioso sobre elas pode revelar a importância do mundo natural, dos saberes que potencializavam sua exploração e das políticas que davam sentidos muito próprios à natureza no contexto das reformas coloniais portuguesas.

Os *Anais da Biblioteca Nacional* são impressos desde 1876, ano em que foram publicados os dois primeiros volumes. Com a missão de divulgar os “tesouros” da jovem instituição brasileira, os *Anais* cumpriram tanto o papel institucional de divulgação do acervo quanto do estabelecimento de parcerias com suas congêneres europeias, das quais, não raramente, a Biblioteca brasileira adquiria manuscritos de interesse à memória nacional. (CALDEIRA, 2011).

Nos volumes 34, 36 e 37 dos *Anais*, está presente parte do inventário dos documentos relativos ao Brasil existentes no Arquivo de Marinha e Ultramar (onde assume outra catalogação), no período compreendido entre Fevereiro de 1786 a Agosto de 1807. Tratam-se de 18.373 documentos listados em ordem numérica com detalhada titulação compreendendo: a) o tipo do documento; b) o remetente; c) o destinatário; d) o assunto do documento; e) o local de elaboração; e) a data de elaboração e; f) numeração corrida do documento no inventário.

O inventário traz ainda a devida identificação dos cargos dos remetentes e dos destinatários e, para alguns casos, uma transcrição parcial ou completa do documento original. Tamaña padronização na elaboração desse espetacular guia de fontes permite uma análise serial dos temas, sujeitos, instituições e datas envoltos no documento. Com base nisso, organizamos um guia específico para as fontes que faziam referência ou a remessas ou a informações acerca de qualquer produção natural inseridas entre os três Reinos da natureza. Organizamos ainda um guia adicional de fontes relativo às “Memórias”, relatórios quase sempre elaborados à luz da Filosofia Natural² e destinados aos circuitos letrados ou aos produtores coloniais.

O recorte adotado, que coincide com os três volumes indicados (34, 36 e 37) baseia-se em estudo maior que identifica este intervalo temporal (1786-1808) como um período estratégico para a observação de políticas naturais no universo colonial lastreado pela

Filosofia Natural, campo científico que balizava naturalistas e agentes públicos do Real serviço a se ocuparem das remessas naturais (PEREIRA, 2013).

2 O naturalismo luso-brasileiro e os inventários naturais

A partir do reinado de Dom José I (1750-1777), a Filosofia Natural gradualmente se consolidou como campo científico português, deixando de demarcar um espaço restrito de operacionalidade entre as elites de letras no Reino. As ciências passaram por uma positivação sistemática atrelada à prática do ensino, ao passo em que, a Filosofia Natural ganhou contornos mais precisos e assumiu um papel mais ativo dentro do quadro universitário português (FURTADO, 2012).

O Ministro dos Negócios Estrangeiros, Sebastião José de Carvalho e Mello (1699-1782), o futuro Marquês de Pombal, destituiu o sistema educacional jesuítico e desestabilizou o ensino na instituição oratoriana, voltando suas atenções para uma série de reformas educacionais. Já em 1768, iniciaram-se as atividades no Colégio Real dos Nobres, idealizado para empreender seu projeto de reformas educacionais entre a fidalguia lusitana.

Na mesma época, chegam a Portugal alguns naturalistas convidados para lecionar nas instituições, constituindo a missão científica italiana, na qual estavam o engenheiro Michelle Ciera, o matemático Miguel Franzini, o químico G. A. Dalla Bella, o jardineiro Júlio Mattiazzi e o botânico Domenico Vandelli (MUNTEAL FILHO, 1998).

Domingos Vandelli (1735-1816), grande articulador do naturalismo português, assumiu, ainda em 1768, a direção das obras do Jardim e Real Museu Botânico da Ajuda. Depois foi para a cidade de Coimbra lecionar Química e História Natural na prestigiosa Universidade local. Como importante centro intelectual, Coimbra teve um papel fundamental no projeto reformista do Ministro de Dom José I, no qual a história natural estreitou suas relações com o Estado, servindo-o de um conjunto de práticas e conhecimentos oportunos ao suporte das expedições de viagens, estudos e observações sobre o mundo natural imperial. Isso se tornou possível devido à reforma dos estatutos da universidade, em 1772, que orientou seu currículo nos pressupostos da razão ilustrada, distanciando-se do método escolástico (GAUER, 1996).

Enquanto a Universidade de Coimbra e seus estabelecimentos, como o Gabinete de História Natural, o Jardim Botânico e o Laboratório de Química constituíam-se no centro principal de articulação da relação ciência-Estado, até 1779, Vandelli, Julio Mattiazzi e outros, gradativamente, consolidaram as bases de uma metodologia pautada nas viagens

filosóficas rumo às colônias que, na década de 1790, transformaram o Real Museu de História Natural e o Jardim Botânico da Ajuda num grande celeiro da natureza colonial (PATAÇA, 2006).

Articulado com o mundo colonial, o jardim da Ajuda foi o grande celeiro natural de todos os domínios portugueses, pois se constituiu na ponta de uma rede de transferências de plantas, sementes, raízes, cascas, árvores, estudos, memórias e conhecimento que iam do Reino à Índia, da África ao Brasil, no mundo dinâmico, móvel e articulado do colonialismo português (RUSSELL-WOOD, 1998).

Importante papel na consolidação de uma rede natural no Ultramar teve a Academia Real de Ciências de Lisboa. Fundada em 1779, constituída a partir de esforços que uniu as ciências e os interesses reais, a academia refletiu a política fomentista da Coroa, aliada a um desejo ilustrado do aproveitamento das potencialidades econômicas e a superação dos entraves do crescimento da Real Fazenda, a natureza foi divinizada como produtora de valores aos homens. (MUNTEAL FILHO, 1993).

Agremiando *Memórias* de todos os cantos do império, a Academia Real de Ciências de Lisboa se articulou como um centro catalisador e de distribuição dos estudos sobre o meio natural dos funcionários-naturalistas interessados na dinamização da agricultura colonial. Como tônica principal, adotou o pragmatismo, o utilitarismo e o cientificismo, desenvolvido num espaço científico de afirmação do trabalho coletivo, para o “fomento às instituições que suportassem a estratégia reformista ilustrada de orientação naturalista-utilitária” (MUNTEAL FILHO, 2006). Como academia Real, contou com a proteção política da própria Coroa e constituiu-se num instrumento de Estado na articulação das viagens, da constituição de uma *História Natural* das colônias e na aclimação de espécies importantes.

Centralizada no Reino, a articulação do projeto de uma história natural das colônias contou com a ajuda de Vice-Reis, Governadores, Ouvidores, Juizes, Comerciantes, Viajantes e Naturalistas na montagem de uma rede de informações que permitiu ao Estado português o conhecimento aprofundado para a exploração dos mais distantes espaços ultramarinos. Essa rede permitiu conhecer as potencialidades econômicas do território administrado. (DOMINGUES, 2001).

Como membros da burocracia colonial, os funcionários-naturalistas tiveram especial atenção com o registro das produções naturais e seus respectivos saberes. Muitos ocuparam-se diretamente com as observações naturais como atividade própria de seus ofícios. Servindo à Sua Majestade, a Filosofia Natural constituiu-se, para além de um trabalho ordinário no Real Serviço, um meio de agremiar honrarias, mercês e proteções ou outros tipos de privilégios. A

história natural era, portanto, uma fonte de honra, material de barganha na obtenção de privilégios e se constituía como serviço de grande nobreza prestado à Coroa e como tal, o naturalista deveria ser integrado ao sistema de patronato comandado pelos Ministros Martinho de Melo e Castro e Dom Rodrigo de Sousa Coutinho (RAMINELLI, 2006).

O sistema de patronato permitiu aos Ministros da Marinha e Domínios Ultramarinos desempenhar um papel especial na consolidação de uma rede de informação no mundo colonial. Incentivando Governadores, Juízes e outros funcionários locais a produzirem observações naturais ou registrarem cuidadosamente as remessas enviadas para o Reino, os Ministros destacam-se na documentação, que traz quantidades significativas de registros dessa natureza. Nessa ocupação, destacamos Martinho de Melo e Castro (1716-1795) e D. Rodrigo de Souza Coutinho (1755-1812), que estiveram à frente dessa Secretaria entre os anos de 1770 a 1801 (SANTOS, 2009).

Vejam os a partir da análise documental dos *Anais* como os funcionários-naturalistas orientados nesse binômio saber-poder organizaram, na prática, o projeto de registros e envio de produções naturais especialmente da Bahia para Lisboa, mas com variantes muito interessantes.

3 As remessas naturais nos Anais da Biblioteca Nacional

Na varredura realizada nos volumes 34, 36 e 37 dos *Anais da Biblioteca Nacional*, publicados em 1912, 1914 e 1915 respectivamente, identificamos 110 registros documentais que fazem menção direta a remessas ou informações acerca de produções naturais. Partimos de uma ampla identificação para adequar metodologicamente o entendimento da própria *Filosofia Natural* setecentista. Como afirmou o Conde de Buffon (1707-1788), a história natural,

Vista em toda a sua extensão, é uma História imensa, encampando todos os objetos que o Universo nos apresenta. Esta prodigiosa multiplicidade de Quadrúpedes, Pássaros, Peixes, Insetos, Plantas, Minerais, etc., oferece um vasto espetáculo para a curiosidade do espírito humano; sua totalidade é tão grande que parece ser, e de fato é, inexaurível em todos os detalhes. (PRATT, 1999, p. 64).

A Filosofia Natural era, portanto, tão vasta quanto o mundo. Qualquer elemento pertencente a um dos Reinos naturais deveria ser cuidadosamente investigado e inserido no grande inventário da natureza. Para desenvolver tarefa tão pretensiosa, metodologicamente, foi necessário pensar em sistemas que comportassem as relações entre, o mundo animal, vegetal e mineral. Nas palavras de Ana Luísa Janeira, os naturalistas elaboraram sistemas que

desenvolveram um conjunto de mecanismos “onde o conhecimento se desdobra entre o respeito pela identidade dos Três Reinos e a racionalidade que os vai esquarterar, dissecar e pulverizar, cada vez mais, pelas mesas e bancadas de mármore” (JANEIRA, 2005, p. 231).

Pensando nessa estruturação entre os três Reinos naturais, mapeamos as remessas enquadrando-as em três categorias: botânicas, zoológicas e mineralógicas. O Quadro 01 traz os dados relativos à distribuição por cada categoria.

Quadro 01 – Número de remessas por tipologia natural.

Ano/Tipo	Botânicas	Zoológicas	Mineralógicas	Total
1786	3	6	0	9
1787	1	2	1	4
1788	6	3	0	9
1789	3	4	0	7
1790	2	3	0	5
1791	1	4	0	5
1792	1	0	0	1
1793	11	0	0	11
1794	8	0	0	8
1795	3	0	0	3
1796	4	0	1	5
1797	2	0	0	2
1798	1	0	0	1
1799	1	2	1	4
1800	10	0	0	10
1801	2	1	1	4
1802	2	1	0	3
1803	4	2	0	6
1804	5	0	0	5
1805	1	0	1	2
1806	0	0	0	0
1807	5	0	1	6
Total	76	28	6	110

Fonte: Anais da Biblioteca Nacional, Vol. 34, 36 e 37.

Os dados de remessas por ano (1786-1807) indicam um trabalho constante das autoridades em registrar os itens que passavam pelo porto de Salvador. Com exceção do ano de 1806, foram encontrados registros em todos os anos do intervalo estudado. Duas questões nos chamam atenção. A primeira é que os registros estão relativamente bem distribuídos, não havendo grandes concentrações e ausências de documentos durante todo o ciclo. A segunda é relativa ao baixo número de registros de remessas naturais constante nos *Anais*. Se

considerarmos a centralidade da natureza nas políticas da administração colonial, surpreendemos o fato de que apenas pouco mais de 0,5% do montante pesquisado tenha relação com as remessas. Porém, este valor pode ser explicado parcialmente por não termos considerado em nosso guia de fontes as centenas de mapas gerais de exportação anuais. Estes documentos não foram considerados pela vastidão de seus registros, bem como pela generalidade de sua apresentação. Optamos, ao invés disso, em mapear os registros que traziam as remessas expressas em sua originalidade. Nosso questionamento recaiu sobre o sentido de uma autoridade colonial produzir um documento permeado pelo rito administrativo oficial para notificar o envio de um item específico, isolado, por vezes em baixas quantidades.

Apesar da constância das apresentações dos registros no intervalo de 21 anos ainda é possível observar uma centralidade no vetor de envio das remessas, quase sempre realizada pelos Governadores da Capitania da Bahia para os Ministros da Marinha e Domínios Ultramarinos. Embora existam cartas, informações avulsas, ofícios e outros tipos de documentos elaborados por instituições e sujeitos diversos, há uma nítida concentração dos ofícios encaminhados exatamente nesse sentido.

Identificamos ainda uma prevalência botânica nos registros dos *Anais*. Esta constatação está em sintonia com a preferência da botânica, observada no campo da Filosofia Natural portuguesa na transição dos séculos XVIII para o XIX (PEREIRA, 2016). Uma hipótese segura para o entendimento desse fenômeno está relacionada ao traço fisiocrata de valorização das culturas agrícolas presente no pensamento ilustrado luso-brasileiro manifesto nas políticas coloniais para a natureza (PÁDUA, 2002). Como afirmou Manuel Arruda da Câmara, naturalista coimbrão de grande destaque nesse período, o reino vegetal é, “sem dúvida, a fonte mais fecunda, mais pronta e menos trabalhosa das riquezas de qualquer nação. E todo cuidado em promover esse manancial de felicidade pública será pouco, à vista do imenso proveito que daí se pode tirar” (CÂMARA, 1810, p. 4).

Ao mesmo tempo, faz-se necessário considerar, em função da preferência agrícola, a baixa presença de naturalistas especializados na área da mineralogia. As exceções são os irmãos José de Sá Bittencourt Accioli e Manoel Ferreira da Câmara Bittencourt e Sá, este último tendo participado de um extenso programa de formação pela Europa custeado pela coroa portuguesa (MENDONÇA, 1933).

No Quadro 02, podemos verificar a relação dos itens remetidos por quantidade no intervalo de tempo estudado: Nos permite perceber que a variedade de itens naturais em movimento pelas águas atlânticas foi significativa. Ela traz uma relação que compreende elementos de grande destaque botânico, como a Quina, a Teca, o Linho Cânhamo, a Erva da

Guiné, Canela, Tabaco da Virgínia, Erva Panicum Altissimum, até outros de menor importância como “Animais Curiosos”, “Peças”, Pedra de Amolar e Sal.

Quadro 02 – Relação das produções naturais por quantidade

Item:	Quantidade:
Algodão	2
Âmbar Gris	1
"Animais Curiosos"	1
Arariba	1
Aves	4
Batatas	1
Café de Moka	1
Canela	1
Caroá	1
Casca de Anta (Arantigui)	1
Cavalo de Grem	1
Cobra Coral	1
Cobre	1
Crauá (Caroá?)	1
Erva da Guiné	3
Erva Panicum Altissimum	1
Farinha de pau	1
Ferro	1
Gansos	2
Gibóia	1
Gomas de Árvores	1
Herbário	2
Linho Cânhamo	1
Mercurio Nativo	1
Morus Popiryfera	2
Onça	3
Parreiras	7
Pássaros	18
Pau Pequi	1
Pau roxo	1
Pedra de Amolar	1
Pedras Minerais	1
"Peças"	2
Piaçaba	30
Pimenta	2
Planta Linhosa	1
Plantas	8
Potassa	1
Quina	2
Quina do Perú	1
Raízes	1
Sal	1
Salitre	1
Sementes	2
Tabaco da Virgínia	4
Tartaruga	1
Teca	1

Fonte: Anais da Biblioteca Nacional, Vol. 34, 36 e 37.

Demonstra que, ao passo em que os itens de natureza botânica estão bem mais diversificados, ainda que tenha registrado o maior índice de um único elemento (piaçaba) dentro desse grupo, os itens de natureza zoológica apresentam grande concentração no item “pássaros”. Se considerarmos que há 04 referências relativas a “aves”, que perfeitamente poderiam incluir pássaros, essa concentração poderá aumentar ainda mais. Por estes registros, claro está que a maior parte dos animais registrados no porto da Bahia entre 1786 e 1807 foram pássaros a caminho dos viveiros das quintas Reais.

Uma observação necessária é que os registros generalizam excessivamente as remessas de “plantas”. Utilizada para denominar o conjunto de espécies vegetais a caminho da Europa, a utilização despreziosa da palavra “plantas” esconde ricas relações como a encontrada no envio de dois caixotes para o Jardim Botânico de Berlim.⁴

Quadro 03 – Relação das produções naturais enviadas da Bahia para o Jardim Botânico de Berlim

Caixão Nº 1 contém:	Caixão Nº 2 contém:
Sementes:	Sementes:
Tabaco – Nicotina	Mulungu
Amendoins	Saboeiro
Batata de Purga	Canafitula
Gergelim	Angelim
Lima da Pérsia	Maracujá
Andá	Jaqueira
Siririques Frolegoso	
Mamona	Raízes:
Caju	Mechoachan
Quiabo	Ipecacuanha negra
Baga Vermelha	Orelha de onça medicinal
Mandiroba	Cipós
Manjeriçã	Carinana
Melancia	Botica
Maxixes	Ipecacuanha alfa viola
Abóbora	
Manjeriçã da folha larga	Cascas:
Pimentas de Diversas qualidades	Quina do norte do Brasil
Malvaísc	Baunilha
Cabaço	
Farinheira	
Mataporto	-
Maravilhas	
Chagas	
Fruta de Conde	
Ervas:	
Cipó de chumbo	
Sarografo	
Salsa	
Cascas:	
Jaboticabas	

Fonte: Ofício do Governador Francisco da Cunha Menezes para o Visconde de Anadia em que participa ter expedido as ordens necessárias para a remessa de plantas para o Jardim Botânico de Berlim. 23 de Abril de 1803. Anais da BN, Vol. 37, 1915, Doc. 25. 114.

Se há um mascaramento da listagem do inventário acerca das espécies botânicas enviadas para o Reino, ainda podemos constatar a inexistência de outras fontes ricas para pensarmos o levantamento das produções naturais na Bahia na transição dos setecentos para os oitocentos. Baltasar da Silva Lisboa, por exemplo, produziu no cargo de Juiz Conservador das Matas da Comarca de Ilhéus, região estratégica na questão das madeiras de lei e ervolarias, estudos de Filosofia Natural que resultaram em grande produção naturalística. Um bom exemplo de sua produção é um compêndio das madeiras das matas baianas e fluminenses realizado a partir de suas observações ao longo de seu período no serviço régio no Rio de Janeiro e Cairú, na Bahia.

Esse inventário iniciado na Comarca de Ilhéus acabou, posteriormente, sendo incorporado a um projeto maior do levantamento de espécies destinadas à construção civil e, em especial, à naval. Nos anos finais de sua vida, no Rio de Janeiro, Lisboa publicou então o *Riquezas do Brasil em madeiras de construção e carpintaria*, o qual logrou elencar trezentos e nove espécies diferentes de árvores de construção, uma relação razoável de cascas e ervas, incluindo um apêndice de descrição botânica. Essa relação contém espécies típicas da Mata Atlântica brasileira, entre as quais muitas endêmicas do Rio de Janeiro e da Bahia e é um valioso documento para os pesquisadores desse bioma. Pode ser utilizado não só por historiadores ambientais, mas por todos aqueles que, numa perspectiva interdisciplinar e multidisciplinar, estiverem dispostos a recorrer a uma análise histórica da presença, uso e extinção desses recursos naturais (LISBOA, 1823).

Enquanto o quadro 02 traz apenas referências a três espécies utilizadas para a produção de tintas – roxa e cor de rosa nesse caso – feitas a partir do “Pau Pequi”, “Pau Roxo” e “Arariba”, Lisboa (1823, p. 259) traz em seu documento não listado nos *Anais* a seguinte relação:

Da casca da *araíba*, pisada em cozimento com os sais, se obtém a cor de rosa.
Da raiz de *gingibre*, de dourar a tinta amarela.
Da *tinctoria* pérola, a tinta vermelha.
Da *ruiva*, o mesmo.
Das folhas do *maracujá*, a tinta verde.
Das frutas verdes do *jenipapo*, a tinta preta.
Do sumo da *cana do brejo*, a tinta escura.
Da casca do *mangue*, a tinta vermelha.
Das rasuras do *ipê*, a tinta rubra.
Das rasuras do *pau roxo*, a tinta rubra.
Das folhas da *povana*, a tinta amarela.
Da casca e rasura da *aratingui*, a de cor de rosa.
Das bagas da *coirana*, a tinta roxa e carmim.
Da *erva do bixo*, a tinta escura.
Do entrecasco do *pequiá* e *sapocaia*, a tinta preta.

Do *brasilete cesalpina*, a cor de púrpura.
Do *urucu*, a tinta rubra.
Do suco das *esporas*, a tinta azul.
Do *pau-brasil*, a tinta vermelha.

Alguns registros do quadro 02, por outro lado, foram feitos com produções muito raras ou altamente cobiçadas pela coroa portuguesa. Os pedidos de aclimação de espécies estratégicas à Real Fazenda são constantes na documentação relativa à América Portuguesa, mas algumas espécies raramente conseguiam se adaptar à diferença do clima e do solo. Um bom exemplo disso é a referência à “Teca” da Índia, madeira de construção muito cobiçada pelas indústrias navais modernas por sua característica de madeira leve e densa. Em ofício de 10 de novembro de 1800, por exemplo, o Ministro de Ultramar, Dom Rodrigo de Sousa Coutinho, solicitou ao Governador da Bahia, Dom Fernando José de Portugal, que tomasse todas as providências para “naturalizar” a “preciosa árvore de construção” chamada *teca*.

O Príncipe Regente, nosso Senhor, manda remeter a V. Ex.a uma porção de semente de *teca*, para que V. Ex.a a mande semear nesta Capitania, tendo todo o cuidado na plantação desta preciosa árvore de construção, que seríamos muito felizes se pudessemos naturalizar.⁵

A mesma intenção pode ser observada em uma carta do Governador da Bahia, Visconde de Anadia, ao Arcebispo da Bahia, na qual solicitou que ali se cuidasse “seriamente da cultura da planta *Morus popyrifero*, para depois de naturalizada, se pudesse espalhar pelas demais Capitanias do Brasil.”⁶ Outro item importante citado no quadro 02, o *Morus popyrifero*, foi matéria ainda de atenção do Juiz Conservador das Matas da Comarca de Ilhéus, Baltasar da Silva Lisboa durante o período que esteve na região. Em ofício que tratou do assunto, o governador Visconde de Anadia deixou claro que o juiz Lisboa estava empenhado “não só em promover seriamente a cultura das tais plantas de *Morus popyrifero*”, mas também em dar conta dos resultados a que tinha chegado com tal espécie. O governador disse ainda que “a mesma planta se tem aumentado e que o dito juiz conservador não se descuidava em sua promoção”.⁷

Quanto à cobiçada *teca*, em outro ofício ao governador interino da Bahia, o conservador Lisboa informou “que nada conseguira de suas sementeiras” ainda que tivesse procedido a suas observações “com o maior cuidado e interesse”.⁸ Segundo o historiador Warren Dean, a teca, apesar dos fracassados cuidados do juiz Lisboa, foi aclimatada no Brasil colônia, mas ainda que se apresentasse como possibilidade muito interessante no ramo das madeiras de construção, essa cultura teria sido esquecida pela administração portuguesa (DEAN, 1996).

A relação bem variada de itens – sobretudo botânicos – está, portanto, de acordo com as intenções da coroa sobre a flora baiana. Como podemos perceber num ofício do Ministro Dom Rodrigo de Sousa Coutinho para o governador Dom Fernando José de Portugal de 23 de junho de 1800,

O Príncipe Regente N. S. é servido que V. Ex.a faça remeter a esta Corte todas as cascas e plantas medicinais e toda qualidade de sementes da mesma natureza que por tais forem aí recrutadas, ajuntando-lhe um catálogo dos nomes que tiverem no país que as produz, e com particularidade das plantas que brotares belas flores. O que o mesmo Senhor há por muito recomendado a V. Ex.a. D. G.de a V. Ex.a. Palácio de Queluz em 23 de junho de 1800.⁹

Esse processo de adaptação monitorada das ervas ditas “exóticas”, ou não “naturalizadas”, assim como o pedido insistente para o envio de amostras da região para Portugal, necessitou de informações de qualidade e sistematizadas para a devida orientação dos procedimentos de seleção, descrição, acondicionamento e envio de produções tão diversas. Para tal finalidade, as *Memórias* eram produzidas e podiam ser decisivas.

4 As memórias

As memórias tinham propósitos bem variados e compunham o leque de ferramentas administrativas dos vassallos a serviço de Sua Majestade. Carregada de narrativas, podiam focalizar uma observação técnica sobre um fenômeno da natureza ou apresentar diversos aspectos de uma realidade colonial. Este tipo de documento ganhou destaque no período colonial tardio como pode atestar os arquivos luso-brasileiros a partir de sua relativa presença nos documentos da época.

O gênero de memórias que nos interessa neste estudo é o relativo às produções naturais geralmente escritas pelos funcionários-naturalistas especializados, mas também elaborado por amadores, comerciantes, viajantes e outros tipos curiosos do mundo natural em busca de honrarias e mercês. No mundo do naturalismo luso-brasileiro, este tipo de ferramenta científica foi o veículo principal de divulgação das observações realizadas ao longo do Império Ultramarino. Os filósofos associados da Academia Real de Ciências de Lisboa, por exemplo, não hesitavam em enviá-las para suas leituras solenes nas sessões ali realizadas. Havia premiações específicas às melhores *Memórias* e os reconhecimentos entre pares no mundo letrado advinha de sua circulação.

Uma de suas funções primordiais era a padronização da informação produzida. Como ferramenta da Filosofia Natural, precisava atender aos requisitos de uma comunidade exigente

por protocolos padronizados de análise. Sua utilidade era tamanha que o mestre Domingos Vandelli de Coimbra incumbiu Agostinho José Martim Vidigal, um de seus alunos de história natural na universidade, de empreender uma “compilação” das várias memórias destinadas à instrução, a qual foi preparada e “ilustrada com os melhores métodos de haver, conservar e examinar os diversos objetos da história natural e com instruções sobre os meios de recolher utilidade das viagens, principalmente, no que respeita às ciências da natureza” (CRUZ, 2004, p. 129).

O levantamento documental que realizamos reflete tal importância das *Memórias* para os melhoramentos na administração colonial. Durante o intervalo temporal estudado, podemos contatar 19 registros desse tipo de documento com os mais variados temas, como podemos ver no quadro abaixo:

Quadro 04 – Relação das produções naturais por quantidade

Autor:	Tema:	Ano:
Joaquim de Amorim Castro	Cultura do Tabaco	1788
Joaquim de Amorim Castro	Linho de Malvaísco	1790
Joaquim de Amorim Castro	Madeiras de Cachoeira	1790
Joaquim de Amorim Castro	Fabrico do Tabaco	1790
Joaquim de Amorim Castro	Cultura do Tabaco	1792
José de Sá Bittencourt Accioli	Cultura dos Algodões	1797
José de Sá Bittencourt Accioli	Lavoura da Mandioca	1797
Sem autoria indicada ¹⁰	Cura do Mal da Peste	1797
Sem autoria indicada	Cochonilha	1798
Sem autoria indicada	Salitre	1798
Sem autoria indicada	Canela	1798
Sem autoria indicada	Arquitetura Naval	1799
Baltasar da Silva Lisboa	Ilhéus	1799
Sem autoria indicada	Tabaco em Pó	1799
João Batista Vieira Godinho	Extração do Salitre	1799
Sem autoria indicada	Anil	1800
Sem autoria indicada	Salitre	1800
Manoel Rodrigues Barreto	Raízes do Caninana	1803
Bernardo Teixeira Álvares de Carvalho	Arariba, Amoreira e Landim	1803

Fonte: Anais da Biblioteca Nacional, Vol. 34, 36 e 37.

O quadro acima demonstra, da mesma forma que as relações documentais, uma relativa distribuição das ocorrências das *Memórias* no intervalo temporal estudado. No período de 1788 a 1803, encontramos 19 registros dos quais 14 são referentes ao campo da

botânica colonial. Seguindo o mesmo padrão observado na análise das remessas naturais, a botânica também prevalece nos temas presentes no quadro.

Considerando a natureza técnica das *Memórias*, é considerável que Joaquim de Amorim Castro tenha apresentado 05 exemplares em um intervalo curto de 05 anos, totalizando a média de 01 documento/ano com temas ainda não estudados. Não é surpresa para nós a intensa produção do Juiz de Fora da Vila de Cachoeira que na virada dos anos 80 para os 90 esteve em plena atividade como naturalista. O que surpreende são as ausências de outros funcionários-naturalistas com produção igualmente relevante, como são os casos de Baltasar da Silva Lisboa e Domingos Alves Branco Muniz Barreto. Uma hipótese sobre tal visibilidade acerca das memórias do Juiz de Cachoeira nos Anais da Biblioteca Nacional pode ser seu vínculo clientelístico com o Governador da Bahia Dom Fernando José de Portugal, o qual tomou posse como Governador no dia 18 de Abril de 1788 e permanece nesse cargo até o ano de 1796.¹¹

Além da destacada atuação de Dom Fernando José de Portugal à frente do Governo da Capitania da Bahia, que certamente arregimentou diretamente funcionários-naturalistas como Joaquim de Amorim Castro, outra hipótese para as ausências das *Memórias* de Lisboa e Barreto podem ter relação com o envio direto à Academia Real de Ciências de Lisboa que esses sujeitos realizavam. Como já mencionamos, essa prática acabou por gerar um fundo documental próprio conhecido como as *Memórias Econômicas* da Academia.

5 Conclusão

Os *Anais da Biblioteca Nacional* constitui um rico acervo documental para os pesquisadores interessados no período colonial brasileiro e suas relações com o mundo Atlântico e o Reino português. Os volumes 34, 36 e 37 trazem parte do inventário dos documentos relativos ao Brasil existentes no Arquivo de Marinha e Ultramar, no período compreendido entre Fevereiro de 1786 a Agosto de 1807. Constituem ao todo 18.373 documentos listados em ordem numérica com detalhada titulação compreendendo: a) o tipo do documento; b) o remetente; c) o destinatário; d) o assunto do documento; e) o local de elaboração; e) a data de elaboração e; f) numeração corrida do documento no inventário.

Ao fazermos uma busca específica referente às remessas ou informações relativas às produções naturais, identificamos 110 registros bem distribuídos entre o período estudado, com temas e quantidades variadas. No campo botânico, o item com maior número de registros

foi a Piaçaba e no campo zoológico foram pássaros. Os registros mineralógicos foram pontuais.

A botânica, sem sombra de dúvidas, foi o campo disciplinar com maior número de registros, totalizando 76 documentos. O número aumenta exponencialmente se considerarmos que alguns registros trazem a expressão “plantas”, o que mascara extensas relações botânicas. Mas o maior percentual de registros botânicos está em sintonia com a importância desse campo dentro do naturalismo luso-brasileiro.

As *Memórias* são documentos elaborados com grandes narrativas de informações sistematizadas. Estão representadas no período estudado de 21 anos de duração com 19 registros. Os temas são variados, mas há também predominância botânica. O funcionário-naturalista que mais se destacou na relação presente acima foi Joaquim de Amorim e Castro, Juiz de Fora da Vila de Cachoeira.

Guia de Fontes

Volume 34/1912 – 1786 – 1798 – Castro e Almeida - Documentos
1786:
12.055 - Ofício do Governador Dom Rodrigo José de Menezes para Martinho de Mello e Castro, sobre as remessas de pássaros para as coleções das quintas reais. 17/01/1786. (Tem 2 anexos).
12.070 - Ofício do Governador Dom Rodrigo José de Menezes para Martinho de Mello e Castro, sobre a remessa de 6 arrobas de casca de Cavalo de Grem e as folhas, flores e frutos de certas árvores. 03/02/1786.
12.099 - Ofício do Governador Dom Rodrigo José de Menezes para Martinho de Mello e Castro, sobre a remessa de uma porção de casca de Anta (ou Arantigui), pelo Mestre do Navio Santa Isabel, José Moreira do Rio. 16/03/1786. OBS: Doc 12.232 refere-se a promoção desse mestre. Investigar.
12.101 - Ofício do Governador Dom Rodrigo José de Menezes para Martinho de Mello e Castro, sobre a remessa de pássaros para a coleção das quintas reais. 16/03/1786.
12.183 - Ofício do Governador Dom Rodrigo José de Menezes para Martinho de Mello e Castro, sobre a remessa de pássaros para a coleção das quintas reais. 16/07/1786.
12.206 - Ofício do Governador Dom Rodrigo José de Menezes para Martinho de Mello e Castro, sobre a remessa de pássaros para a coleção das quintas reais. 06/08/1786.
12.218 - Ofício do Governador Dom Rodrigo José de Menezes para Martinho de Mello e Castro, sobre a remessa de uma cobra coral. 11/08/1786.
12.237 - Ofício do Governador Dom Rodrigo José de Menezes para Martinho de Mello e Castro, sobre a remessa de pássaros e de uma giboia para as coleções régias. 02/10/1786.
12.248 - Ofício do Governador Dom Rodrigo José de Menezes para Martinho de Mello e Castro, sobre a remessa de uma porção de caruá e carrapicho (planta linhosa) e diversas informações sobre os animais que procurava obter para as coleções reais. 09/10/1786. (Tem 07 anexos).
1787:
12.453 - Ofício do Governador Dom Rodrigo José de Menezes para Martinho de Mello e Castro em que lhe comunica acerca da remessa de pássaros raros destinado às coleções das quintas reais. 16/02/1787.
12.484 - Ofício do Governador Dom Rodrigo José de Menezes para Martinho de Mello e Castro em que se refere à remessa de um fardo de crauá. 28/02/1787.
12.553 - Ofício do Governador Dom Rodrigo José de Menezes para Martinho de Mello e Castro em que lhe comunica acerca da remessa de vários pássaros destinado às coleções das quintas reais. 27/07/1787. (Há um anexo com uma relação).
12.564 - Ofício do Governador Dom Rodrigo José de Menezes para Martinho de Mello e Castro em que lhe comunica a remessa de uma barra de cobre e várias pedras minerais extraída na mina descoberta na Serra das Borrachas, na Comarca de Jacobina. 30/07/1787.

1788:
12.802 - Ofício do Governador Dom Rodrigo José de Menezes para Martinho de Mello e Castro em que lhe comunica acerca da remessa de varas de parreiras. 06/02/1788.
12.875 - Ofício do Governador Dom Rodrigo José de Menezes para Martinho de Mello e Castro em que lhe comunica acerca da remessa de varas de parreiras para as quintas régias. 17/03/1788.
12.879 - Ofício do Governador Dom Rodrigo José de Menezes para Martinho de Mello e Castro em que lhe comunica acerca da remessa de varas de parreiras. 22/03/1788.
12.932 - Ofício do Governador Dom Fernando José de Portugal para Martinho de Mello e Castro em que lhe comunica acerca da remessa de varas de parreiras. 04/05/1788.
12.952 - Ofício do Governador Dom Fernando José de Portugal para Martinho de Mello e Castro em que lhe comunica acerca da remessa de aves para as quintas reais. 06/06/1788. (Há uma relação anexa).
12.962 - Ofício do Governador Dom Fernando José de Portugal para Martinho de Mello e Castro em que lhe comunica acerca da remessa de varas de parreiras. 18/06/1788.
12.969 - Ofício do Governador Dom Fernando José de Portugal para Martinho de Mello e Castro em que lhe comunica acerca da remessa de aves para as quintas reais. 25/06/1788. (Há uma relação anexa de dois viveiros com 53 pássaros).
13.067 a 13.069 - Ofício do Governador Dom Fernando José de Portugal para Martinho de Mello e Castro em que lhe comunica acerca de uma grande quantidade de aves para as quintas reais. 09/09/1788. (Há anexo duas relações de pássaros).
13.078 - Ofício do Governador Dom Fernando José de Portugal para Martinho de Mello e Castro em que lhe comunica acerca da remessa de varas de parreiras. 12/09/1788.
1789:
13.186 - Ofício do Governador Dom Fernando José de Portugal para Martinho de Mello e Castro em que lhe comunica acerca da remessa de 03 viveiros de pássaros para as quintas reais. 16/03/1789. (Há uma relação anexa).
13.191 - Ofício do Governador Dom Fernando José de Portugal para Martinho de Mello e Castro em que lhe comunica acerca da remessa de varas de parreiras e farinha de pau. 16/03/1789.
13.271 - Ofício do Governador Dom Fernando José de Portugal para Martinho de Mello e Castro em que lhe comunica acerca da remessa de 02 viveiros de pássaros para as quintas reais. 15/07/1789.
13.278 - Ofício do Governador Dom Fernando José de Portugal para Martinho de Mello e Castro em que lhe comunica acerca de uma remessa de piassaba para o Arsenal Real da Marinha. 24/07/1789.
13.294 - Ofício do Governador Dom Fernando José de Portugal para Martinho de Mello e Castro em que lhe comunica acerca de uma remessa de piassaba para o Arsenal Real da Marinha. 27/06/1789.
13.315 - Ofício do Governador Dom Fernando José de Portugal para Martinho de Mello e Castro em que lhe comunica acerca da remessa de pássaros para as quintas reais. 01/08/1789. (Há uma relação anexa).
13.324 - Ofício do Governador Dom Fernando José de Portugal para Martinho de Mello e Castro em que lhe comunica acerca da remessa de pássaros para as quintas reais. 01/09/1789. (Há uma relação anexa).
1790:
13.709 - Ofício do Governador Dom Fernando José de Portugal para Martinho de Mello e Castro em que lhe comunica ter enviado 02 gansos da Costa da Mina para as coleções zoológicas das Quintas Reais. 26/02/1790. (Há um documento anexo).
13.747 - Ofício do Governador Dom Fernando José de Portugal para Martinho de Mello e Castro em que lhe comunica acerca da remessa de 03 viveiros de pássaros para as quintas reais. 22/05/1790. (Há uma relação anexa).
13.885 - Ofício do Governador Dom Fernando José de Portugal para Martinho de Mello e Castro em que lhe comunica acerca da remessa de pássaros para as quintas reais. 07/09/1790. (Há uma relação anexa).
14.319 - Ofício do Governador Dom Fernando José de Portugal para Martinho de Mello e Castro em que lhe comunica a remessa de amostras de novas plantações de Tabaco da Virgínia. 22/05/1790. (Há anexo um documento de Joaquim Amorim Castro sobre a cultura).
13.720 - Ofício do Governador Dom Fernando José de Portugal para Martinho de Mello e Castro em que lhe comunica ter recebido sementes de linho cânhamo e ter mandado distribuí-las pelas Comarcas dos Ilhéus, Porto Seguro e Espírito Santo para se proceder as novas experiências de cultura. 29/03/1790.
1791:
14.258 - Ofício do Governador Dom Fernando José de Portugal para Martinho de Mello e Castro em que lhe comunica acerca da remessa de uma onça para as coleções zoológicas das quintas reais. 15/01/1791. (Há uma relação anexa).
14.311 - Ofício do Governador Dom Fernando José de Portugal para Martinho de Mello e Castro em que lhe comunica acerca da remessa de 02 viveiros de pássaros para as quintas reais. 02/04/1791. (Há uma relação anexa).

14.313 - Ofício do Governador Dom Fernando José de Portugal para Martinho de Mello e Castro em que lhe comunica acerca da remessa de mais pássaros para as quintas reais. 04/04/1791. (Há uma relação anexa).
14.361 - Ofício do Governador Dom Fernando José de Portugal para Martinho de Mello e Castro em que lhe comunica a remessa de amostras de tabaco que fora exportado para a Índia. 10/06/1791.
14.473 - Ofício do Governador Dom Fernando José de Portugal para Martinho de Mello e Castro em que lhe comunica acerca da remessa de uma onça para as coleções zoológicas das quintas reais. 13/08/1791. (Há um anexo).
1792:
14.907 - Ofício do Governador Dom Fernando José de Portugal para Martinho de Mello e Castro em que lhe participa a remessa de uma amarra de piaçaba. 26/07/1792.
1793:
15.207 - Ofício do Governador Dom Fernando José de Portugal para Martinho de Mello e Castro em que lhe participa a remessa de uma amarra de piaçaba. 06/02/1793.
15.216 - Ofício do Governador Dom Fernando José de Portugal para Martinho de Mello e Castro em que lhe participa a remessa de uma amarra de piaçaba. 23/02/1793.
15.221 - Ofício do Governador Dom Fernando José de Portugal para Martinho de Mello e Castro em que lhe participa a remessa de uma amarra de piaçaba. 07/03/1793.
15.242 - Ofício do Governador Dom Fernando José de Portugal para Martinho de Mello e Castro em que lhe participa a remessa de uma amarra de piaçaba. 12/03/1793.
15.257 - Ofício do Governador Dom Fernando José de Portugal para Martinho de Mello e Castro em que lhe participa a remessa de uma amarra de piaçaba. 16/04/1793.
15.258 - Ofício do Governador Dom Fernando José de Portugal para Martinho de Mello e Castro em que lhe participa a remessa de uma amarra de piaçaba. 19/04/1793.
15.279 - Ofício do Governador Dom Fernando José de Portugal para Martinho de Mello e Castro em que lhe participa a remessa de uma amarra de piaçaba. 04/05/1793.
15.302 - Ofício do Governador Dom Fernando José de Portugal para Martinho de Mello e Castro em que lhe participa a remessa de uma amarra de piaçaba. 07/08/1793.
15.309 - Ofício do Governador Dom Fernando José de Portugal para Martinho de Mello e Castro em que lhe participa a remessa de uma amarra de piaçaba. 08/08/1793.
15.316 - Ofício do Governador Dom Fernando José de Portugal para Martinho de Mello e Castro em que lhe participa a remessa de uma amarra de piaçaba. 09/08/1793.
15.321 a 15.323 - Ofícios do Governador Dom Fernando José de Portugal para Martinho de Mello e Castro em que lhe participa a remessa de uma amarra de piaçaba. 16/08/1793.
1794:
15.566 - Ofício do Governador Dom Fernando José de Portugal para Martinho de Mello e Castro em que lhe participa a remessa de uma amarra de piaçaba. 11/02/1794.
15.590 - Ofício do Governador Dom Fernando José de Portugal para Martinho de Mello e Castro em que lhe participa a remessa de uma amarra de piaçaba. 06/03/1794.
15.595 - Ofício do Governador Dom Fernando José de Portugal para Martinho de Mello e Castro em que lhe participa a remessa de uma amarra de piaçaba. 12/03/1794. (01 doc anexo).
15.600 - Ofício do Governador Dom Fernando José de Portugal para Martinho de Mello e Castro em que lhe participa a remessa de uma amarra de piaçaba. 14/03/1794. (01 doc anexo).
16.655 - Ofício do Governador Dom Fernando José de Portugal para Martinho de Mello e Castro em que lhe participa a remessa de uma amarra de piaçaba. 16/06/1794.
15.668 - Ofício do Governador Dom Fernando José de Portugal para Martinho de Mello e Castro em que lhe participa a remessa de uma amarra de piaçaba. 17/06/1794. (01 doc anexo).
15.685 - Ofício do Governador Dom Fernando José de Portugal para Martinho de Mello e Castro em que lhe participa a remessa de uma amarra de piaçaba. 03/07/1794. (01 doc anexo).
15.722 - Ofício do Governador Dom Fernando José de Portugal para Martinho de Mello e Castro em que lhe participa a remessa de uma amarra de piaçaba. 19/08/1794.
1795:
16.041 - Ofício do Governador Dom Fernando José de Portugal para Martinho de Mello e Castro em que lhe participa a remessa de uma amarra de piaçaba. 21/04/1795. (01 doc anexo).
16.080 - Ofício do Governador Dom Fernando José de Portugal para Martinho de Mello e Castro em que lhe participa a remessa de uma amarra de piaçaba. 10/09/1795.
16.164 - Ofício do Governador Dom Fernando José de Portugal para Martinho de Mello e Castro em que lhe participa a remessa de uma amarra de piaçaba. 18/11/1795.
1796:

16.519 - Ofício do Governador Dom Fernando José de Portugal para Martinho de Mello e Castro em que lhe participa a remessa de uma amarra de piaçaba. 01/02/1796.
16.603 - Ofício do Governador Dom Fernando José de Portugal para Martinho de Mello e Castro em que lhe participa a remessa de uma amarra de piaçaba. 30/03/1796.
16.604 - Ofício do Governador Dom Fernando José de Portugal para Luiz Pinto de Sousa em que lhe participa a remessa de uma pedra de amolar. 31/03/1796.
16.612 - Ofício do Governador Dom Fernando José de Portugal para Luiz Pinto de Sousa em que lhe dá informações sobre as experiências da cultura do Algodão. 11/04/1796. (Há dois anexos com informações sobre algodão em Abrantes e Jacobina).
16.661 - Ofício do Governador Dom Fernando José de Portugal para Luiz Pinto de Sousa no qual participa a remessa de várias plantas para o Jardim Botânico de Lisboa, coligida por João Ferreira da Câmara. 16/07/1796.
1797:
17.359 - Ofício do Governador Dom Fernando José de Portugal para Dom Rodrigo de Sousa Coutinho em que participa a remessa de várias plantas vivas de um herbário, e de algumas sementes e raízes colecionadas por Inácio Ferreira da Câmara, para o qual novamente propõe a pensão anual de 600\$000 para se dedicar aos trabalhos botânicos. 28/05/1797.

Volume 34/1912 – 1786 – 1798 – Castro e Almeida - Memórias
12.984 e 12.985 – Memória Dirigida à Rainha Dona Maria I pelo Juiz de Fora da Vila de Cachoeira, Joaquim de Amorim Castro, sobre a agricultura, preparação e conservação dos tabacos que constituem o principal ramo de comércio da Bahia. 12/04/1788.
13.766 – Carta do Juiz de Fora da Vila de Cachoeira, Joaquim de Amorim Castro para Martinho de Mello e Castro no qual se refere a descoberta do linho extraído da planta Malvaíscio, a sua Memória sobre as madeiras das Matas da Cachoeira e ao seu tratado sobre o fabrico do tabaco. 10/07/1790. (Há vários anexos, incluindo a memória, ofícios e aquarelas).
14.894 - Carta do Juiz de Fora da Vila de Cachoeira Joaquim de Amorim Castro para Martinho de Mello e Castro no qual lhe oferece uma Memória sobre a Cultura do Tabaco, que termina com a descrição da Vila de Cachoeira e a sua plantação e é ordenado com diversas estampas. 30/06/1792. (Há um anexo).
17.470 – Carta de José de Sá Bittencourt Accioli para Dom Rodrigo de Sousa Coutinho na qual se refere a uma Memória sobre a Cultura dos Algodões e a decadência da lavoura da mandioca e pede que lhe seja dado um posto militar para melhor se impor ao respeito dos indígenas nas explorações dos Sertões. 10/10/1797. (O Doc 17.474 também se refere a esta memória).
17.551 - Ofício do Governador Dom Fernando José de Portugal para Dom Rodrigo de Sousa Coutinho no qual lhe participa a respeito da vulgarização de um pequeno livro sobre o modo de curar e preservar o mal da peste. 19/12/1797.

Volume 36/1914 – 1798 – 1800 – Castro e Almeida - Documentos
1797:
18.392 – Governador informa sobre remessas de plantas, sementes, raízes e um herbário e ainda informa sobre os conhecimentos de Inácio Ferreira da Câmara. 28/05/1797.
1798:
18.349 – Governador informa sobre experiências com a Quina do Perú e outra planta pelo boticário Domingos José Corrêa. 11/06/1798.
1799:
19.081 – Ofício do Governador sobre a exploração de Salitre realizada por José de Sá Bittencourt e Accioli. 25/01/1799.
19.559 - Ofício do Governador para Dom Rodrigo sobre as experiências de cultura de tabaco da Virgínia e de Maryland que mandou proceder em vários pontos da Capitania. 20/11/1799.
19.699 - Ofício do Governador para Dom Rodrigo informando sobre a remessa de alguns pássaros vivos e embalsamados apanhados nos sertões de MG e em Ilhéus. 04/04/1799.
19.726 - Ofício de Baltasar da Silva Lisboa para Dom Rodrigo em que lhe informa sobre a pesca de tartarugas e a descoberta de âmbar gris na praia de Tacaré. 22/08/1799.
1800:
20.458 – Ofício de Baltasar da Silva Lisboa para Dom Rodrigo em que lhe comunica ter descoberto uma espécie de Quina desde Camamu ao Rio de Contas. 02/03/1800.
20.517 - Ofício do Governador para Dom Rodrigo se referindo à suposta descoberta da árvore de Quina, mas que os boticários mais peritos dizem não ser. 12/05/1800. Dois doc anexos com descrição e aquarela.
20.654 - Ofício do Governador para Dom Rodrigo sobre o desenvolvimento da cultura da pimenta da Índia e da

Canela. 07/07/1800.
20.712 - Ofício do Governador para Dom Rodrigo informando sobre as ordens para plantar a <i>Morus Popyrifera</i> na comarca para espalhar a árvore em caso de sucesso. 19/06/1800.
20.735 – Relação das Plantas vivas enviadas para Lisboa por Inácio Ferreira da Câmara com a indicação de suas qualidades terapêuticas. 23/06/1800.
20.750 - Ofício do Governador para Dom Rodrigo que comunica o envio de remessa de diferentes plantas vivas e de amostras de minério de cobre e de ferro. 28/06/1800.
20.841 - Ofício do Governador para Dom Rodrigo comunicando que ordena Inácio Ferreira da Câmara, Diretor do Jardim Botânico, a remessa de todas as plantas e sementes medicinais. 29/08/1800.
20.887 - Carta de Inácio Ferreira da Câmara para Dom Rodrigo em que lhe participa remessa de plantas medicinais e vários exemplares de animais curiosos. 06/10/1800.
20.910 - Ofício do Governador para Dom Rodrigo no qual se refere à cultura das batatas. 04/11/1800.
20.981 - Carta de Manoel José de Mello para Dom Rodrigo em que lhe participa seu empenho para o desenvolvimento da cultura da Pimenta. 23/11/1800.
1801:
22.468 - Ofício do Governador para Dom Rodrigo no qual se refere ao envio de uma onça para as coleções zoológicas do Reino. 14/01/1801.
22.514 – Carta de Domingos Alves B. Muniz Barreto para Dom Rodrigo na qual informa das exploração realizadas nas matas da ilha do Morro e das pesquisas que procedera para descoberta dos minerais. 24/02/1801.
22.563 - Ofício do Governador para Dom Rodrigo no qual se refere as plantações da teca na Comarca de Ilhéus. 02/05/1801.
22.776 – Ofício do Governador para o Visconde de Anadia, sobre as experiências da cultura do tabaco da Virgínia. 10/08/1801.
1802:
23.587; 23.603 e 23.604 - Ofício do Governador para o Visconde de Anadia em que comunica as experiências das plantações do <i>Morus Popiryfero</i> . 10/02/1802.
23.732 - Ofício do Governador para o Visconde de Anadia em que comunica a remessa de aves indígenas para os viveiros da Real Quinta de Belém. 10/07/1802.
23.751 - Ofício do Governador para o Visconde de Anadia em que comunica a remessa de plantas para o Jardim Botânico, colhidos por Inácio Ferreira da Câmara. 24/07/1802.

Volume 36/1914 – 1798 – 1800 – Castro e Almeida - Memórias
18.180 – Relato sobre memórias de Cochonilha, salitre e canela.
18.291 – Governador informa sobre a memória dos algodões de Accioli.
19.138 – Dom Fernando José de Portugal informa a Dom Rodrigo que recebeu um exemplar de obra sobre arquitetura naval traduzido do inglês pelo capitão de Fragata Antonio Pires da Silva Pontes. 09/02/1799.
19.144 - Ofício do Governador para Dom Rodrigo acusando a recepção de 200 exemplares da memória dos algodões de José de Sá Bittencourt e Accioli. 09/02/1799.
19.209 – Ofício de Baltasar informando de sua memória sobre Ilhéus. O documento traz a transcrição do documento. 20/03/1799.
19.422 - Ofício do Governador para Dom Rodrigo informando a venda de um livro sobre a cultura de açúcar, do 2º tomo do Fazendeiro do Brasil sobre o Anil, notando a falta de exemplares das memórias sobre a cultura do loureiro cinamomo, da pipireira negra e da caneleira de Fr. José Mariano da Conceição. 22/06/1799.
19.804 – Memória sobre a introdução do nosso tabaco em pó na China.
19.805 – Memória sobre a extração de salitre de João Batista Vieira Godinho.
20.787 - Ofício do Governador para Dom Rodrigo no qual acusa a recepção de diversos livros sobre diferentes culturas agrícolas e a preparação do anil, salitre, etc. 24/07/1800.

Volume 37/1915 – 1801 – 1807 – Castro e Almeida - Documentos
1803:
25.002 - Ofício do Governador Francisco da Cunha Menezes para o Visconde de Anadia em que participa a remessa de umas amostras e gomas de três árvores, próprias para a tinturaria e a que se refere a memória seguinte. 26/02/1803.
25.102 - Ofício do Governador Francisco da Cunha Menezes para o Visconde de Anadia em que participa a remessa de pássaros para os viveiros da Real Quinta de Belém. 24/03/1803. (Há uma relação anexa).
25.114 - Ofício do Governador Francisco da Cunha Menezes para o Visconde de Anadia em que participa ter expedido as ordens necessárias para a remessa de plantas para o Jardim Botânico de Berlim. 23/04/1803.
25.239 - Ofício do Governador Francisco da Cunha Menezes para o Visconde de Anadia acerca do transporte

dos pássaros destinados aos viveiros das Quintas Reais. 29/07/1803.
25.314 – Informação da Mesa de Inspeção sobre as experiências a que mandara proceder para a Cultura da Erva da Guiné, que era considerada um magnífico pasto para o gado. 16/09/1803.
26.057 - Aviso Régio pelo qual foram louvados o Presidente e Deputados da Mesa de Inspeção da Bahia por terem promovido a cultura da preciosa Erva Panicum Altissimum. 23/11/1803.
1804:
25.921 - Ofício do Governador Francisco da Cunha Menezes para o Visconde de Anadia em que participa a remessa de piaçaba para o Reino. 23/03/1804.
25.937 - Ofício do Governador Francisco da Cunha Menezes para o Visconde de Anadia no qual se refere às experiências para a cultura da Erva da Guiné, que era considerada como a melhor das forragens. 07/04/1804.
25.955 – Ofício da Mesa de Inspeção pra o Visconde de Anadia sobre a cultura de Erva da Guiné e a conveniência de experimentar a sua plantação nas províncias do Reino. 10/04/1804.
25.968 - Ofício do Governador Francisco da Cunha Menezes para o Visconde de Anadia no qual lhe participa acerca de uma remessa de piaçaba. 26/04/1804.
25.996 - Ofício do Governador Francisco da Cunha Menezes para o Visconde de Anadia no qual lhe participa acerca de uma remessa de piaçaba. 26/04/1804.
1805:
27.399 - Ofício do Governador Francisco da Cunha Menezes para o Visconde de Anadia no qual lhe participa a descoberta de Mercúrio nativo que fizera José Gomes de Sá Lobo Maia. 03/09/1805.
27.592 – Informação da Mesa de Inspeção sobre as experiências da Cultura de Algodão. 18/09/1805. (Há um anexo importante com correspondência entre Accioli e José da Silva Lisboa).
1806:
Não há registros
1807:
29.782 - Ofício do Governador Conde da Ponte para o Visconde de Anadia no qual lhe participa diversas informações sobre o Tabaco da Virgínia, no termo da Vila de Cachoeira. 07/03/1807.
29.804 - Ofício do Governador Conde da Ponte para o Visconde de Anadia no qual lhe participa a remessa de duas peças que recebera da Cachoeira e que Manuel Ferreira da Câmara considera digna da atenção e dos estudos dos naturalistas. 21/03/1807.
29.810 - Ofício do Governador Conde da Ponte para o Visconde de Anadia sobre a cultura de Café de Moka. 28/03/1807.
29.931 – Carta do Intendente da Marinha Bernardino Castro para o Visconde de Anadia, sobre a exportação de madeiras e a vantagem econômica de substituir as amarras de linho pela de piassaba. 24/07/1807.
29.937 - Ofício do Governador Conde da Ponte e de Baltasar da Silva Lisboa para o Visconde de Anadia sobre as remessas de cascas de pau roxo, pau pequi e arariba, de que se podiam fazer tintas roxas e de cor de rosa, por meio da trituração. 15/06/1807.
29.941 – Carta de Manoel Ferreira da Câmara para o Governador da Bahia em que lhe participa a descoberta que fizera para a extração da potassa. 26/07/1807.

Volume 37/1915 – 1801 – 1807 – Castro e Almeida - Memórias

24.999 - Ofício do Governador Francisco da Cunha Menezes para o Visconde de Anadia em que se refere a remessa de amostras de diferentes plantas, frutos e raízes e da seguinte memória sobre as qualidades terapêuticas das raízes do Caninana. 26/02/1803. (Há anexos uma relação e a própria Memória do negociante Manoel Rodrigues Barreto).
25.003 – Memória do Des. Bernardo C. de Carvalho, sobre três árvores denominadas Arariba, Amoreira e Landim, que existiam em grandes quantidades nas matas e que produziam excelentes tintas. 02/01/1803.

Referências

BRIGOLA, João Carlos Pires. *Coleções, Gabinetes e Museus em Portugal no Século XVIII*. Évora: Universidade de Évora, 2000.

CALDEIRA, Ana Paula Sampaio. A Biblioteca Nacional e a Formação de um Patrimônio Documental Brasileiro. In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*. São Paulo: Julho, 2011.

CÂMARA, Manuel Arruda da. *Discurso sobre a utilidade da instituição de jardins nas principais províncias do Brasil*. Rio de Janeiro: Impressão Regia, 1810.

CRUZ, Ana Lúcia Rocha Barbalho da. *Verdades por mim Vistas e Observadas, Oxalá foram Fábulas Sonhadas: Cientistas brasileiros do setecentos, uma leitura auto-etnográfica*. Curitiba, 2004. Tese. (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Paraná.

DEAN, Warren. *A ferro e fogo. A história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

DOMINGUES, Ângela. Para um melhor conhecimento dos domínios coloniais: a constituição de redes de informação no Império português em finais dos Setecentos. In: *História, Ciências, Saúde. Manguinhos*, vol. VIII (suplemento), p. 824, 2001.

FURTADO, Júnia Ferreira. *Oráculos da Geografia Iluminista. Dom Luis da Cunha e Jean-Baptiste Bourguignon D'na*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2012.

GAUER, Ruth Maria Chittó. *A Modernidade Portuguesa e a Reforma Pombalina de 1772*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.

JANEIRA, Ana Luísa. Configurações Epistémicas do Coleccionismo. In: *Episteme*. Porto Alegre, nº 20, Suplemento Especial, jan/jun, p. 231, 2005.

LISBOA, Baltasar da Silva. Riqueza do Brasil em madeiras de construção e carpintaria. Rio de Janeiro, 1823. In: *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro: s/d.

MENDONÇA, Marcos Carneiro de. *O intendente Câmara. Manuel Ferreira da Câmara Bethencourt e Sá, Intendente Geral das Minas e dos Diamantes*. Rio de Janeiro: Imprensa nacional, 1933.

MUNTEAL FILHO, Oswaldo. *Domingos Vandelli no anfiteatro da natureza: Reformismo Ilustrado e cultura científica na crise do Antigo Sistema Colonial (1779-1808)*. Rio de Janeiro, 1993. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura). Programa de Pós-Graduação em História. PUC-RIO.

MUNTEAL FILHO, Oswaldo. *Uma Sinfonia para o Novo Mundo – a Academia Real de Ciências de Lisboa e os caminhos da Ilustração luso-brasileira na crise do Antigo Sistema Colonial*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, Departamento de História, 1998.

MUNTEAL FILHO, Oswaldo. Acadêmicos e letrados na crise do Antigo Regime luso-brasileiro – Século XVIII. In: *Revista Intellectus / Ano 05 Vol. I*, p. 5, 2006.

PÁDUA, José Augusto. *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista, 1786-1888*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

PATACA, Ermelinda Moutinho. *Terra, Água e Ar nas Viagens Científicas Portuguesas (1755-1808)*. Campinas, 2006. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em Geo-Ciências. Universidade Estadual de Campinas.

PEREIRA, Rodrigo Osório. *O Império Botânico: as políticas portuguesas para a flora da Bahia Atlântica Colonial (1768-1808)*. Feira de Santana: UEFS Editora, 2016.

PRATT, Mary Louise. *Os Olhos do Império. Relatos de Viagem e Transculturação*. Bauru: EDUSC, 1999

RAMINELLI, Ronald. Baltasar da Silva Lisboa: a honra e os apuros do juiz naturalista. In: VAINFAS, Ronaldo. *et al.* (org). *Retratos do Império: trajetórias individuais no mundo português nos séculos XVI a XIX*. Niterói: EdUFF, 2006.

RUSSELL-WOOD, A. J. R. *Um mundo em movimento: os portugueses na África, Ásia e América (1415-1808)*. Algés: Difel, 1998.

SANTOS, Nívia Pombo C. "Um turista na Corte do Piemonte: Dom Rodrigo de Souza Coutinho e o Iluminismo taliano e francês (1778-1790)". In: *Varia História*, Belo Horizonte, vol. 25, nº 41, jan/jun 2009.

Notas

¹ Termo utilizado pelo museólogo português João Carlos Brigola para designar o complexo de instituições de Filosofia Natural construídas na colina da Ajuda, região em Lisboa que abrigava o Palácio Real.

² Termo documental utilizado para se referir, nos quadros do naturalismo português, à História Natural.

³ O historiador Ronald Raminelli utilizou a categoria de Juiz-naturalista para a análise da trajetória de Baltasar da Silva Lisboa, a qual foi alargada para pensar o conjunto dos burocratas coloniais no exercício do naturalismo.

⁴ Ofício do Governador Francisco da Cunha Menezes para o Visconde de Anadia em que participa ter expedido as ordens necessárias para a remessa de plantas para o Jardim Botânico de Berlim. 23 de Abril de 1803. *Anais da BN*, Vol. 37, 1915, Doc. 25. 114.

⁵ Ofício de D. Rodrigo de Sousa Coutinho para D. Fernando José de Portugal, comunicando o envio para esta Capitania de uma porção de sementes de teca. Queluz, 10 de Novembro de 1800. *Anais do APEB*, nº 57, p. 412. Vol. 90. Doc. nº 78.

⁶ Carta do Visconde de Anadia para o Arcebispo da Bahia e demais Governadores interinos da mesma Capitania, determinando que se cuide seriamente da cultura de uma determinada planta. Queluz, 20 de Outubro de 1801. *Anais do APEB*, nº 58, p. 112. Vol. 94. Doc. nº 102.

⁷ Ofício do Governador interino para o Visconde de Anadia, em que participa ter expedido as ordens necessárias para se promover a cultura do *Morus Popyrifero*. Resgate: Castro e Almeida, documentos avulsos da Capitania da Bahia, *Manuscritos do AHU, Bahia, Caixa, 119, Documento, 23.603*.

⁸ Ofício para o Governador interino da Bahia, no qual informa que nada conseguira das sementeiras de teca, a que procedera com o maior cuidado e interesse. Valença, 12 de Janeiro de 1802. *Anais da Biblioteca Nacional*, Vol 36, 1914, Doc nº 23567.

⁹ Ofício de Dom Rodrigo de Sousa Coutinho para Dom Fernando José de Portugal, Governador da Bahia recomendando-lhe que remeta à Corte cascas, plantas medicinais e sementes. Palácio de Queluz em 23 de Junho de 1800. *Anais do APEB*, Vol. 91, Doc. 89.

¹⁰ Como critério geral, seguimos o padrão do inventário original que não alocou autoria no título quando esta não estava explícita no documento.

¹¹ Ofício do Governador Dom Fernando José de Portugal para Martinho de Mello e Castro no qual lhe participa ter tomado posse no Governo da Capitania da Bahia no dia 18 de Abril. *Anais da Biblioteca Nacional*, Vol 34, 1912, Doc nº 12898.